

Não há dados para tantos relatórios

No nosso tempo, qualquer causa está associada a números. Quando querem despertar as nossas consciências sobre os males do mundo, tocam-nos o coração com dados: 22 % dos habitantes dos países em desenvolvimento (PED) vivem com menos de um dólar por dia, uma em cada quatro crianças sofre de atraso no seu crescimento, as vítimas do tráfico de seres humanos são 20 milhões, a tuberculose causou 1,3 milhões de mortes num ano. “Se não se pode medir, não existe”, advertiu Bill Gates ao promotor do “Índice Global da Escravidão”; bem, pois existe: no mundo, há 35,8 milhões de escravos, segundo a última edição do relatório.

Mas realmente ter-se-á medido tudo isso? Os *Big data* são um fenómeno minoritário. Na maior parte do mundo há mais *little data*. Recorda-o um relatório “A World That Counts – Mobilizing the data revolution for sustainable development” – mais um? – sobre a disponibilidade de dados em relação aos objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM) aprovados pela ONU no ano 2000.

Se se pretende, por exemplo, que em 2015 se consiga a escolarização universal no ensino primário, que a taxa de mortalidade infantil seja um terço da que havia em 1990, ou que comece a baixar a incidência da malária, há que ter dados, ou não se poderá saber se as metas se alcançam ou não. Por isso, o secretário-geral da ONU encarregou um grupo de especialistas que estudasse como melhorar as estatísticas relativas ao desenvolvimento.

As conclusões baixam-nos do Olimpo dos números redondos para o humilde solo dos dados escassos. “Demasiados países continuam a ter poucos dados, os dados chegam com demasiado atraso e não há dados sobre demasiados assuntos”. É verdade que a recolha de dados por parte de organismos estatísticos nacionais melhorou imenso nos últimos dez anos. Ainda assim, a cobertura de dados sobre 55 indicadores básicos de desenvolvimento em 157 países ou regiões, que se usam para estimar o progresso para os ODM, não chega a 70 %. E dos dados existentes, um pouco menos de metade foi obtida diretamente, através de censos, registos administrativos, etc. O resto são estimativas feitas com diversos métodos. Por exemplo, a atual taxa oficial de pobreza no Botswana é uma extrapolação de dados obtidos há vinte anos. Lacunas como essa são especialmente frequentes em

África, que é o continente dos dados perdidos: vários países veem passar décadas sem fazer um censo.

Desta forma, como é que se pode calcular a taxa de mortalidade infantil nos PED se, para começar, não se registam cerca de 40 % dos nascimentos? Que valores têm os índices de pobreza, se na maior parte dos casos ninguém conta os habitantes de barracas?

De qualquer modo, o relatório precisa que a disponibilidade de dados é muito variável, segundo o indicador. Por exemplo, os dados sobre malária são muito escassos, enquanto são bastante completos os da percentagem de raparigas e rapazes nas escolas (isso é a parte fácil: sobre outras medidas de extensão e qualidade de ensino sabe-se pouco, salienta o estudo).

Estes “metadados” deveriam fazer com que tivéssemos cautela perante a atual proliferação de estatísticas, das quais os *rankings* de países são o último grito. E em não poucos casos são, além disso, as maiores fontes de números falsos ou incertos, advertiu a “The Economist” (“Ranking the rankings”, 8.11.2014). Temos hoje o Índice de Desenvolvimento Humano (ONU), o Índice de Perceção da Corrupção (Transparência Internacional), o de Facilidade para fazer Negócios (Banco Mundial), o relatório de Tráfico de Pessoas (Departamento de Estado dos EUA), o Índice Global de Disparidade de Género (World Economic Forum)... Alguns, como o relatório PISA, são bem feitos. Mas outros índices, em que se juntam números heterogéneos para atribuir uma nota a cada país, prestam-se à manipulação dos números para fazê-los dizer o que se quiser. Basta seleccionar os mais interessantes e ponderá-los do modo adequado.

Um exemplo dos piores é o citado Índice Global da Escravidão, que define o seu objeto de modo lato: inclui o trabalho de imigrantes em condições abusivas e o de crianças. O total mundial abarca números que não são nem sequer estimativas: à falta de dados sobre a Irlanda e a Islândia, preenche-se a lacuna com os da Grã-Bretanha; os dos Estados Unidos aplicam-se à Alemanha e outros países da Europa Ocidental. Também é muito criticado o relatório do Departamento de Estado norte-americano sobre tráfico de pessoas, por usar números em segunda mão, duvidosos e não comparáveis de um país para outro.

No entanto, também um índice enganador pode ter muita influência. Nenhum governo quer aparecer na lista dos mais

tolerantes perante o tráfico de pessoas ou com escravatura. O efeito, mau ou bom, no prestígio dos nomeados é inevitável, pois à opinião pública só chegam os títulos, não as letras pequenas, e quando um estatístico consegue detetar as falhas metodológicas, é demasiado tarde. Seria necessário que houvesse um índice de qualidade de índices, mas naturalmente poderia padecer dos mesmos defeitos dos restantes. De momento, o remédio é receber os números com prudente reserva e procurar averiguar a sua origem.

R. S.

Feministas de sempre reveem a sua mensagem

A crise e as dificuldades familiares destes primeiros anos do século XXI constituíram um bom desafio para muitas feministas dos anos 60 e 70. Algumas começaram já a rever as suas mensagens.

Em França, Evelyne Sullerot, socióloga, feminista imperturbável, cofundadora da primeira associação a favor do planeamento familiar em 1956, publicou há algum tempo uma carta aberta aos seus bisnetos, com as suas reflexões e perplexidades diante da instabilidade a que eles vão estar sujeitos, apesar de tantos anos de luta pelo progresso económico e pelos direitos das mulheres. Sullerot, que tem agora 90 anos, não se limita a uma análise estereotipada, própria da ortodoxia feminista, embora tenha as suas contradições ao pedir um grande pacto pela família e pela natalidade a partir desse enquadramento.

No seu livro “Carta de uma filha da guerra aos filhos da crise” (“Lettre d’une enfant de la guerre aux enfants de la crise”, Fayard, Paris, 2014), denuncia sem rodeios o implacável individualismo que se instalou em tantas pessoas desde o longínquo Maio de 1968 e que conduziu a lares sem garantia de estabilidade familiar, especialmente devido à aprovação em França da lei que salvaguarda as uniões de facto. Casada desde muito jovem após a II Guerra Mundial, Sullerot não entende que se fuja do compromisso formal e que “um novo modelo de casal e família fora do matrimónio se tenha generalizado entre os que tiveram a sorte de crescer numa sociedade livre e próspera”.

Esta testemunha do avanço das mulheres – entendido sobretudo como liberdade de escolher ou não a maternidade – surpreende-se agora que o resultado seja desfavorável para os mais fracos, onde identifica os seus atuais bisnetos, e desenha um futuro sombrio com origem na instabilidade dos lares ameaçados por ruturas e divórcios, e pela falta de um

contexto familiar que funcione como colchão nos piores momentos de crise económica.

“Se já em 1997, 40 % dos nascimentos aconteciam fora do casamento e de modo voluntário, em 2006 representavam 50 % e, em 2012, 57 %”. As consequências de argumentos que friamente defendeu como feminista, apresentam-se-lhe como uma autêntica ameaça para o bem-estar das gerações futuras, ao ver que os afetados pertencem à sua própria família. E Sullerot – a qual além de feminista era uma romântica que casou por amor e teve uma família numerosa – não é capaz de encontrar as causas “da fragilidade dramática que se instalou na sociedade, pela frequência das separações”.

No seu mar de perplexidades, este ícone da luta pela independência sexual das mulheres, reconhece que a esquerda abandonou a causa da família; “tudo o que se rotula de familiar é encarado como suspeito de tradicional”, assegura, de modo que para “os indiferentes e os herdeiros do Maio de 68, os sexualistas, os hedonistas anarquizantes, a maioria dos gays e as Hipe feministas, antes morrer do que ser tradicional”. Por isso, propõe um plano político para incentivar a natalidade, fruto de um grande debate nacional, que consiga fazer progredir o país, como o que funcionou bem nos anos do pós-guerra francês.

Mas nem tudo o que explica no seu ensaio sobre sociedade se fica pelo nível das grandes ideias. Esta mulher, que durante dez anos lutou por alargar o planeamento familiar em França, lamenta cinquenta anos depois, a deriva do aborto. Critica as mulheres ultrafeministas que continuam a defender palavras de ordem como “a minha barriga é minha” que marginalizam os homens e esvaziam de sentido a paternidade. Evelyne Sullerot, que se orgulha de ter conseguido a revogação da lei que proibia a contraceção, denuncia a radicalização progressiva que tem acontecido da lei Veil sobre o aborto.

As suas contradições levam-na a indignar-se ao saber que talvez as espanholas possam ver-se privadas de interromper as suas gravidezes e, simultaneamente, a reconhecer a sua grande perplexidade ao constatar que, em França, “por razões ideológicas inversas, o número de abortos legais em 2011 (222 500) é anormalmente elevado para um país tão bem provido de meios anticoncepcionais. Como explicar que, em França, o número de abortos praticados seja de 220 000, enquanto que, na Alemanha, seja de 110 000, sendo um país ainda mais povoado?”. Interroga-se. E embora Evelyne Sullerot não se mostre favorável a pôr em causa o aborto, lamenta o erro que pressupõe banalizá-lo e a ausência de informação sobre os seus efeitos sociais.

Sullerot também ataca com franqueza a imposição do género. “Não há mais do que dois sexos”, declara, sem duvidar que se trata de uma diferença que vem da natureza, não da sociedade. E também critica os que, apesar do igualitarismo relativamente a mulheres e homens, continuam sem admitir a guarda partilhada e não permitem aos pais fazer valer as suas opiniões, por exemplo, no caso do aborto, quando seria já muito fácil demonstrar por um teste científico a paternidade, se as leis o permitissem.

A independência de ideias de Evelyne Sullerot ganhou-lhe rapidamente a hostilidade da ala feminista mais radical e fê-la abandonar, não sem confrontos, os objetivos mais imediatos no campo da maternidade e da criação dos filhos, para se centrar nas condições laborais e salariais das mulheres e nos programas de reinserção profissional após as baixas de maternidade.

Algo de parecido sucedeu à norte-americana Karen DeCrow, que na sua juventude presidiu à Organização Nacional para as Mulheres (NOW – National Organization for Women) durante três anos – de 1974 a 1977 – e também se distanciou progressivamente das feministas de última geração, mais centradas em como erradicar a violência ou os abusos sexuais contra as mulheres.

Poucos anos após deixar a presidência da NOW, DeCrow exercia como advogada em vários casos onde apoiava o direito de paternidade dos homens, aplicando exatamente a mesma lógica das teorias feministas. Um dos mais famosos foi o de Frank Serpico, que exigia perante os tribunais o seu direito constitucional a não ser pai, devido a ter sido supostamente enganado pela requerente, que lhe assegurou ter tomado anticoncepcionais.

A advogada DeCrow, falecida no ano passado, afirmava que “tal como o Supremo Tribunal defende que as mulheres têm direito a escolher serem ou não mães, os homens também deveriam ter esse mesmo direito”, abordagem que considerava a “única posição feminista lógica a ser tomada”. Algumas companheiras da organização distanciaram-se dela, alegando que usava um dos clássicos chavões machistas. Numa carta dirigida ao jornal “The New York Times” defendia-se, explicando que, como os homens não podem vetar nem obrigar legalmente o aborto, muito menos deveriam ter de financiar as escolhas livres que as mulheres assumem.

Outros temas, como a necessidade de avançar para a guarda partilhada em benefício da vida profissional das mulheres, também afastaram DeCrow do núcleo da organização nos anos noventa, embora nunca se tenha desvinculado da NOW. Nesses casos, apoiava-se na defesa da baixa de paternidade para o homem, ou na repartição das responsabilidades nos cuidados com os filhos e a casa, mas nem neste, nem noutros temas de âmbito laboral, conseguiu que as suas correligionárias a apoiassem.

M. A. B.

“Mulher de Ouro”

“Woman in Gold”

Realizador: Simon Curtis

Atores: Helen Mirren; Ryan Reynolds

Duração: 109 min.

Ano: 2015

Uma rapariga judia é obrigada a fugir da Áustria com a chegada dos nazis ao poder. Pertence a uma família rica e vê-se obrigada a abandonar a família e todos os seus pertences para sobreviver. Instala-se nos EUA e recomeça a sua vida. Passados 50 anos, vai tentar repor a justiça e recuperar o quadro “Mulher de Ouro” do pintor Klint. O quadro era da sua casa de Viena e retrata uma das suas tias. Depois dos nazis terem roubado a sua fortuna, essa pintura fora parar ao Museu de Viena, pois é um dos quadros mais representativos de Klint, sendo considerado a “Mona Lisa” da Áustria.

O filme foca-se na motivação de uma senhora já idosa. Ela não luta por interesses económicos. Apenas quer o reconhecimento que essa obra fora roubada e que se faça justiça ao bom nome da família. Até está disposta a que o quadro permaneça no Museu, desde que se indique a sua origem... mas as negociações com o governo austríaco não correm bem e tudo acaba em tribunal. Com a ajuda de um jovem e pouco experiente advogado, travam uma batalha legal, num processo que se tornou um *case study*. Mais do que vencer, querem que a verdade triunfe. Isso fá-los não desistir. Além disso, vão conquistando apoios de pessoas banais mas que serão decisivas para desbloquear entraves... e que os levarão ao êxito final.

Baseado em factos reais, o filme revela a força de alguém ao lutar por um ideal...

Tópicos de análise:

1. A motivação é o motor da ação e da atração de outros para uma causa.
2. Uma negociação eficaz tem de conhecer bem os objetivos da outra parte.
3. A boa relação entre os colaboradores cultiva-se dia a dia em factos concretos.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

